

## Carta de Apresentação das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2025 – Documento 9010

Ao Banco Central do Brasil - BACEN

Em cumprimento às determinações do Banco Central do Brasil, de acordo com a Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020, Instrução Normativa BCB nº 438 de 14 de dezembro de 2023 e Instrução Normativa nº601 de 27 de março de 2025, encaminhamos as Demonstrações Financeiras da IFOOD PAGO SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A. (“SCD” ou “Companhia”), que compreendem o relatório da administração, os balanços patrimoniais, demonstrações dos resultados, demonstração do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, as notas explicativas, acompanhadas do relatório dos auditores independentes, relativas ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025.

### Termo de Responsabilidade da Administração

A Administração é responsável pela elaboração e o conteúdo das Demonstrações Financeiras e arquivos apresentados. As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e em conformidade com as regulamentações aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Osasco, 25 de março de 2026

Atenciosamente,

### IFOOD PAGO SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.


bruno.henriques@ifood.com.br

D4Sign  
 BH  
Assinado

---

Bruno Ferraz Henriques  
Diretor Presidente


pedro.macedo@ifood.com.br

D4Sign  
 Pedro Victor dos Santos Macedo  
Assinado

---

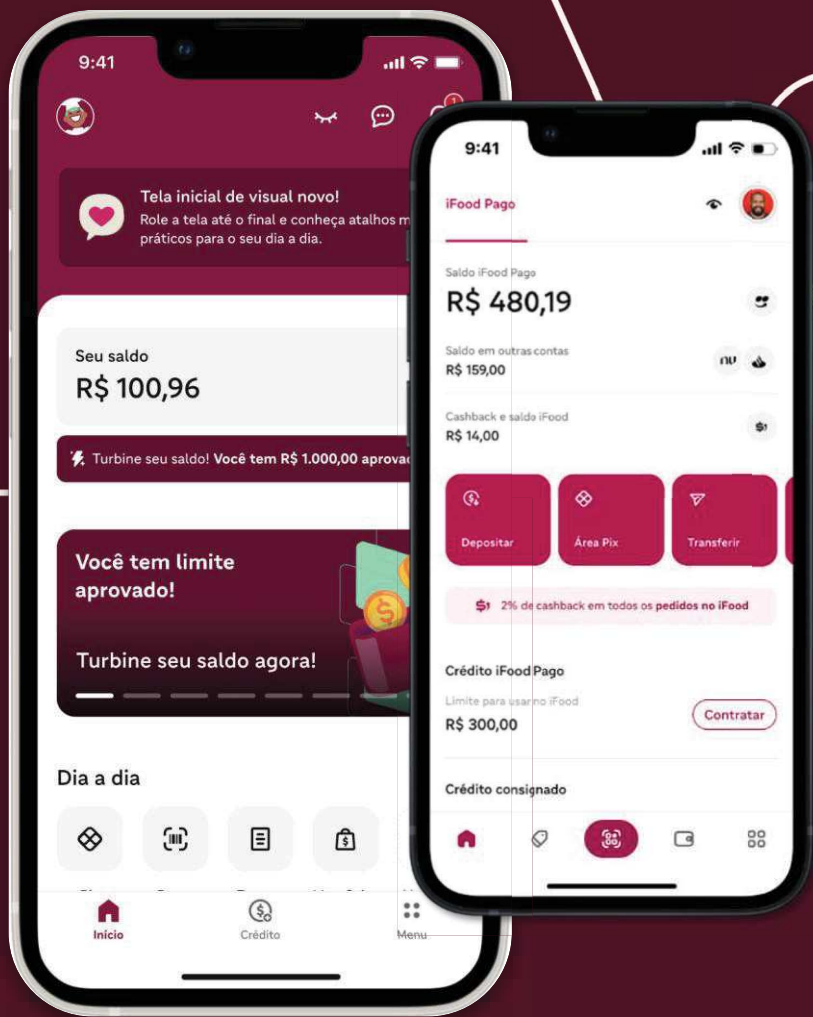
Pedro Victor dos Santos Macedo  
Diretor Financeiro

paula.regina@ifood.com.br

D4Sign  
 Paula Regina da Silva  
Assinado

---

Paula Regina da Silva  
Contadora - CRC 1SP261595



# iFood Pago Sociedade de Crédito Direto S.A.

Demonstração financeira referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025



## Índice

Relatório da administração	
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	
Demonstrações financeiras	
Balanço patrimonial	3
Demonstração do resultado	4
Demonstração do resultado abrangente	5
Demonstração das mutações no patrimônio líquido	6
Demonstração dos fluxos de caixa (método indireto)	7
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras	8

## Relatório da Administração

Senhores acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da iFood Pago Sociedade de Crédito Direto S.A. ("Companhia" ou "iFood Pago SCD"), relativas ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025.

### Mensagem da Administração

O iFood Pago SCD é uma instituição financeira enquadrada no segmento S5, optante pelo regime prudencial simplificado, no âmbito da Resolução CMN nº 4.656/18 e BCB nº 4.606/17.

A Companhia tem por objetivo realizar operações de crédito (empréstimos, financiamentos e aquisições de direito creditórios), prestação de serviços de análise de crédito e cobrança de crédito para terceiros.

Com essa iniciativa, buscamos:

- 1. Facilitar o acesso ao crédito:** o iFood Pago SCD se propõe a agilizar a concessão de crédito, reduzindo a burocracia e tornando os processos mais eficientes;
- 2. Inovar no setor financeiro:** utilizamos tecnologia de ponta para análise de crédito e gestão de riscos, permitindo-nos oferecer uma experiência superior e processos otimizados;
- 3. Promover a inclusão financeira:** estamos comprometidos em disponibilizar crédito para segmentos que tradicionalmente encontram obstáculos no sistema bancário convencional; e
- 4. Oferecer serviços especializados:** o foco no ecossistema da alimentação nos permite criar produtos sob medida, atendendo às necessidades específicas de nossos clientes

Em 2025, o iFood Pago SCD evoluiu significativamente sua proposta de valor para os restaurantes parceiros, oferecendo acesso ao crédito de forma cada vez mais ágil e descomplicada. Mantendo rigorosa conformidade com as diretrizes do Banco Central do Brasil ("BACEN"), simplificamos processos e reduzimos barreiras burocráticas, permitindo que nossos parceiros acessem recursos no momento em que mais precisam.

Esta evolução no nível de serviço se reflete de forma expressiva no desempenho da receita líquida de R\$ 38,9 milhões no segundo semestre de 2025, totalizando R\$ 49,6 milhões no ano de 2025, evidenciando a maturação do modelo de negócios e consolidando a Companhia como solução estratégica de capital para o ecossistema de restaurantes, com bases sólidas para crescimento sustentável.

Continuamos trabalhando no nosso crescimento na prestação de serviços financeiros inovadores, com intuito de fortalecer a economia e apoiar o desenvolvimento dos nossos parceiros.

O iFood Pago SCD segue os padrões definidos pelo BACEN e pela legislação aplicável às Sociedades Anônimas para divulgação das suas demonstrações financeiras.

A Diretoria.

Osasco, 25 de março de 2026.

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

À Administração e aos Acionistas do  
IFood Pago Sociedade de Crédito Direto S.A.  
(Anteriormente Denominada MobilePay Sociedade de Crédito Direto S.A.)  
Osasco – SP

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras do iFood Pago Sociedade de Crédito Direto S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras do iFood Pago Sociedade de Crédito Direto S.A., em 31 de dezembro de 2025, foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Ênfase**

#### *Informações comparativas*

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2.1 às demonstrações financeiras, a qual descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BACEN, considerando a dispensa da apresentação, nas demonstrações financeiras, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução nº 352 do BACEN. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular mutuamente em relação a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte [www.deloitte.com/about](http://www.deloitte.com/about) para saber mais.

A Deloitte oferece serviços profissionais de ponta para quase 90% das empresas listadas na Fortune Global 500® e milhares de outras organizações. Nossas pessoas entregam resultados mensuráveis e duradouros que ajudam a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir que os clientes se transformem e prosperem. Com seus 180 anos de história, a Deloitte está hoje em mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 470 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo geram um impacto que importa em [www.deloitte.com](http://www.deloitte.com).

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

## **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BACEN, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de março de 2026

  
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC nº 2 SP 011609/O-8

  
Victor Vinicius Zanetin Zavagli  
Contador  
CRC nº 1 SP 289692/O-4

# iFood Pago Sociedade de Crédito Direto S.A.

## Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais

Ativo	Nota	31 de dezembro de 2025
<b>Circulante</b>		
Disponibilidades	3 e 10	27.582
<b>Instrumentos financeiros</b>		
<b>Ao Valor Justo no Resultado</b>		
Título e valores mobiliários	4	4.205
<b>Outros créditos</b>		
Impostos e contribuições a recuperar	5	10.150
Outros ativos - partes relacionadas	10	141
Outros ativos		1.456
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>43.534</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>43.534</b>
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>		
<b>Circulante</b>		
<b>Obrigações diversas</b>		
Fornecedores		158
<b>Outras obrigações</b>		
Salários e encargos sociais		410
Impostos e contribuições a recolher	5	12.719
Dividendos a pagar		209
Outros passivos - partes relacionadas	10	4.498
Outros passivos		212
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>18.206</b>
<b>Patrimônio líquido</b>		
Capital social	6a	3.500
Reservas	6b	21.828
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>25.328</b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>43.534</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## iFood Pago Sociedade de Crédito Direto S.A.

## Demonstração do resultado

Referente ao semestre findo em 31 de dezembro de 2025 e ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto resultado por ações

	Nota	Semestre findo em 31 de dezembro de 2025	Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
Receita de intermediação financeira	7	38.373	48.975
Resultado de aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários	7	657	795
<b>Receita líquida</b>		<b>39.030</b>	<b>49.770</b>
<b>Outras despesas operacionais</b>			
Despesas gerais e administrativas	8	(11.768)	(16.727)
<b>Resultado operacional</b>		<b>27.262</b>	<b>33.043</b>
Despesas não operacionais		(206)	(209)
<b>Resultado não operacional</b>		<b>(206)</b>	<b>(209)</b>
<b>Resultado antes do imposto de renda e contribuição social</b>		<b>27.056</b>	<b>32.834</b>
Imposto de renda e contribuição social	9	(9.206)	(11.254)
<b>Lucro líquido do semestre/exercício</b>		<b>17.850</b>	<b>21.580</b>
Quantidade de ações	6a	3.500.000	3.500.000
Lucro líquido do semestre/exercício por ações - básico e diluído (expresso em R\$ por ação)		5,1000	6,1657

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**iFood Pago Sociedade de Crédito Direto S.A.****Demonstração do resultado abrangente**

Referente ao semestre findo em 31 de dezembro de 2025 e ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais

	Semestre findo em 31 de dezembro de 2025	Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
Lucro líquido do semestre/exercício	17.850	21.580
<b><i>Itens que serão reclassificados para o resultado:</i></b>		
TVM - Ajuste ao valor de mercado	14	(3)
<b>Total do resultado abrangente do semestre/exercício</b>	<b>17.864</b>	<b>21.577</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## iFood Pago Sociedade de Crédito Direto S.A.

### Demonstração das mutações no patrimônio líquido

Referente ao semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025  
Em milhares de reais

	Nota	Reservas				Outros resultados abrangentes	Lucros/(Prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
		Capital social	Reserva legal	Reserva de capital	Reserva de lucros			
<b>Saldos em 30 de junho de 2025</b>		<b>3.500</b>	<b>187</b>	-	-	<b>(14)</b>	<b>3.588</b>	<b>7.261</b>
Lucro líquido do semestre	6b	-	-	-	-	-	17.850	17.850
TVM - Ajuste ao valor de mercado		-	-	-	-	14	-	14
Ajuste de exercícios anteriores		-	-	-	-	-	(72)	(72)
Stock options		-	-	484	-	-	-	484
<b>Destinações:</b>								
Reserva legal	6b	-	513	-	-	-	(513)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	6b	-	-	-	-	-	(209)	(209)
Reserva de lucros		-	-	-	20.644	-	(20.644)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>		<b>3.500</b>	<b>700</b>	<b>484</b>	<b>20.644</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>25.328</b>
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2025</b>		<b>3.500</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3</b>	<b>(27)</b>	<b>3.476</b>
Lucro líquido do exercício	6b	-	-	-	-	-	21.580	21.580
TVM - Ajuste ao valor de mercado		-	-	-	-	(3)	-	(3)
Ajuste de exercícios anteriores		-	-	-	-	-	-	-
Stock options	6b e 11	-	-	484	-	-	-	484
<b>Destinações:</b>								
Reserva legal	6b	-	700	-	-	-	(700)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	6b	-	-	-	-	-	(209)	(209)
Reserva de lucros	6b	-	-	-	20.644	-	(20.644)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>		<b>3.500</b>	<b>700</b>	<b>484</b>	<b>20.644</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>25.328</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## iFood Pago Sociedade de Crédito Direto S.A.

### Demonstração dos fluxos de caixa (método indireto)

Referente ao semestre findo em 31 de dezembro de 2025 e ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais

	Nota	Semestre findo em 31 de dezembro de 2025	Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
Lucro líquido do período		17.850	21.580
<b>Ajustes para reconciliação do resultado do semestre/exercício</b>			
Imposto de renda e contribuição social	9	9.206	11.254
Juros sobre aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários		(657)	(795)
Despesa com Stock Options		484	484
TVM - Ajuste ao valor de mercado		14	(3)
<b>Lucro líquido ajustado</b>		<b>26.897</b>	<b>32.520</b>
<b>(Aumento)/Redução nos ativos operacionais</b>			
TVM - Títulos e valores mobiliários		1.296	(2.487)
Impostos a recuperar		(8.259)	(10.015)
Outros ativos		(1.595)	(1.597)
<b>Aumento/(Redução) nos passivos operacionais</b>			
Fornecedores		92	126
Salários e encargos sociais		(321)	410
Impostos e contribuições a recolher		8.781	11.270
Outros passivos		1.844	4.710
Imposto de renda e contribuição social pagos		(8.092)	(9.840)
<b>Fluxo de caixa aplicado nas atividades operacionais</b>		<b>20.643</b>	<b>25.097</b>
<b>Aumento do saldo de caixa e equivalente de caixa</b>			
Caixa e equivalente de caixa no início do semestre/exercício		6.939	2.485
Caixa e equivalente de caixa no fim do semestre/exercício		27.582	27.582
<b>Variação do saldo de caixa e equivalente de caixa</b>		<b>20.643</b>	<b>25.097</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

# iFood Pago Sociedade de Crédito Direto S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

### 1. Contexto operacional

O iFood Pago Sociedade de Crédito Direto S.A. ("Companhia"), foi constituída em 10 de julho de 2023, sob a forma jurídica de Sociedade por Ações Fechada e tem sede e foro jurídico na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Avenida dos Autonomistas, nº 1.496, 7º andar, Vila Yara, CEP 06020-902.

Informamos que, em conformidade com a aprovação do Banco Central do Brasil, publicada no Diário Oficial da União em 23 de dezembro de 2025, nossa razão social foi alterada de MovablePay Sociedade de Crédito Direto S.A. para iFood Pago Sociedade de Crédito Direto S.A..

A movimentação se trata exclusivamente de uma alteração de denominação social, sem qualquer mudança na estrutura societária, autorizações regulatórias ou responsabilidades contratuais. Demais informações cadastrais, como o CNPJ seguem inalteradas.

A Companhia tem por objeto: (i) operações de empréstimo, de financiamento e de aquisição de direitos creditórios exclusivamente por meio de plataforma eletrônica, com utilização de recursos financeiros que tenham como origem capital próprio; (ii) prestação de serviços de análise de crédito para terceiros; (iii) cobrança de crédito de terceiros; (iv) emissão de moeda eletrônica; (v) atuação como representante de seguros na distribuição de seguro relacionado com as operações de empréstimo, de financiamento e de aquisição de direitos creditórios exclusivamente por meio de plataforma eletrônica; e (vi) realização de atividades inerentes à cobrança e renegociação de Cédulas de Crédito Bancário que fazem parte das carteiras dos FIDCs.

A Companhia apresentou em 5 de julho de 2022 pedido de autorização ao Banco Central do Brasil ("BACEN") para funcionar como Companhia de Crédito Direto, a qual foi concedida em 13 de abril de 2023, sendo comunicado à Companhia e publicado no Diário Oficial da União na mesma data.

### 2. Preparação e apresentação das demonstrações financeiras

#### 2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, normas e instruções do Conselho Monetário Nacional ("CMN") e do BACEN, quando aplicáveis, e os pronunciamentos, as interpretações e as orientações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo BACEN, mencionados abaixo.

Na elaboração das demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, a Companhia considerou o disposto na Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020 ("BCB nº2/2020") e alterações, e os seguintes pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo BACEN:

- CPC 00 (R2) - Estrutura conceitual para relatório financeiro, aprovado pela Resolução CMN nº 4.924/2021;
- CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos, aprovado pela Resolução CMN nº 4.924/2021;
- CPC 03 (R2) - Demonstrações dos fluxos de caixa, aprovado pela Resolução CMN nº 4.818/2020;

## iFood Pago Sociedade de Crédito Direto S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- CPC 05 (R1) - Divulgação sobre partes relacionadas, aprovado pela Resolução CMN nº 4.818/2020;
- CPC 06 (R2) - Arrendamentos, aprovado pela Resolução CMN nº 4.975/2021;
- CPC 10 (R1) - Pagamentos baseados em ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/2011;
- CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro, aprovado pela Resolução CMN nº 4.924/2021;
- CPC 24 - Evento subsequente, aprovado pela Resolução CMN nº 4.818/2020;
- CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009;
- CPC 28 - Propriedade para investimento, aprovado pela Resolução CMN nº 4.967/2021;
- CPC 33 (R1) - Benefícios a empregado, aprovado pela Resolução CMN nº 4.877/2020;
- CPC 41 - Resultado por ação, aprovado pela Resolução CMN nº 4.818/2020;
- CPC 46 - Mensuração do valor justo, aprovado pela Resolução CMN nº 4.924/2021; e
- CPC 47 - Receita de contrato com cliente, aprovado pela Resolução CMN nº 4.924/2021.

Com base na Resolução CMN nº 4.720/2019, Resolução BCB nº 2/2020 e Resolução CMN nº 4.966/2021, a apresentação dos ativos e passivos é realizada exclusivamente por ordem de liquidez e exigibilidade. A classificação e mensuração dos instrumentos financeiros observam os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966/2021, enquanto a segregação em curto e longo prazo está sendo divulgada nas respectivas notas explicativas.

Todos os saldos apresentados nestas demonstrações financeiras foram arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no princípio da continuidade, com base no custo histórico, exceto se mencionado ao contrário nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

A emissão desta demonstração financeira foi autorizada pela Administração em 25 de março de 2026.

## 2.2. Principais políticas contábeis materiais aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras

### (a) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

A moeda funcional da Companhia é o Real (R\$), sendo a mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras.

### (b) Disponibilidades

Os saldos de caixa e equivalentes são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera como caixa e equivalentes de caixa os saldos de disponibilidades ou uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, de até no máximo 90 dias, a contar da data da contratação.

## iFood Pago Sociedade de Crédito Direto S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### (c) Instrumentos financeiros

Os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados de acordo com os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 4.966/21 e BCB 352/2023 e levam em consideração o modelo de negócios para gestão dos ativos financeiros e nas características contratuais dos fluxos de caixa desses ativos financeiros.

Os ativos financeiros com fluxos de caixa contratual formados exclusivamente por principal mais juros, tem a sua classificação vinculada aos objetivos dos modelos de negócios para a gestão desses ativos, conforme quadro a seguir:

Modelo de Negócios	Classificação	Reflexo
Recebimento de fluxos de caixa contratuais; e Fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal.	Ativo financeiro mensurado ao custo amortizado	Juros conforme a curva do ativo, resultado do exercício.
Recebimento de fluxos de caixa contratuais ou negociação; e Fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal.	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes.	Juros conforme a curva do ativo: resultado do exercício. Diferença entre o valor justo e o preço do ativo na curva: patrimônio líquido.
Recebimento de fluxos de caixa exclusivamente por negociação; e Fluxos de caixa que não se constituam exclusivamente em pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal.	Valor justo por meio do resultado.	Variações no valor justo diretamente do resultado do exercício.

#### (d) Operações de Crédito

As operações de crédito compreendem os empréstimos e financiamentos concedidos pela Companhia, predominantemente na modalidade de capital de giro, destinados ao ecossistema de restaurantes e parceiros.

As operações de crédito são reconhecidas inicialmente na data da concessão ou liberação dos recursos ao tomador, pelo valor justo, que corresponde ao montante contratual da operação. Os custos de transação diretamente atribuíveis à originação são incluídos no valor inicial do ativo, quando aplicável.

Com base no modelo de negócios adotado pela Companhia e nas características dos fluxos de caixa contratuais, as operações de crédito são classificadas e mensuradas ao valor justo por meio do resultado (VJR), em conformidade com os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966/21 e Resolução BCB nº 352/23. Esta classificação reflete adequadamente o modelo de negócios da Companhia, que consiste na originação de operações de crédito com cessão integral e imediata aos Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDCs).

Os contratos de crédito são transferidos aos FIDCs no mesmo dia da originação, não permanecendo em carteira por mais de um dia útil, caracterizando uma transferência substancial dos riscos e benefícios associados à propriedade dos ativos. As receitas decorrentes das operações de crédito, incluindo juros, tarifas, encargos e variações monetárias, são reconhecidas no resultado pelo regime de competência, proporcionalmente ao período de permanência do ativo na Companhia, desde a originação até a cessão.

A Companhia efetua a cessão integral das operações de crédito aos FIDCs no mesmo dia da originação, resultando na baixa contábil imediata desses ativos. Em decorrência deste modelo

## iFood Pago Sociedade de Crédito Direto S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

de negócios, a Companhia não detém operações de crédito em seu balanço patrimonial na data de 31 de dezembro de 2025. A metodologia para cálculo de provisões para perdas esperadas em operações de crédito está descrita na seção "Redução ao valor recuperável / Impairment de operações de crédito".

#### **(e) Mensuração do valor justo**

Uma das principais áreas que envolve o uso de estimativas significativas nas demonstrações financeiras é a mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros. A Companhia formou uma equipe que possui a responsabilidade de elaboração e revisão de todas as mensurações de valor justo.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo financeiro, a Companhia utiliza, tanto quanto possível, dados observáveis de mercado. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia com base nas informações utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível I: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos idênticos;
- Nível II: inputs, exceto os preços cotados incluídos no nível I que são observáveis para um ativo, seja diretamente (preços) ou indiretamente (derivados do preço); e
- Nível III: inputs para um ativo que não são baseados em informações observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Os instrumentos financeiros por hierarquia do valor justo estão apresentados na NE 4.

A Companhia faz a mensuração do valor justo dos Títulos e Valores Mobiliários - TVM ao valor justo por meio do resultado de acordo com o Nível II, ou seja, o valor justo é mensurado baseado em informações que são observáveis pelo mercado para o ativo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).

#### **(f) Baixa de ativos financeiros**

Em conformidade com as Resoluções CMN nº 4.966/21 e BCB nº 352/23, a baixa de ativos financeiros é efetuada quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa decorrentes do ativo expiram ou quando estes são transferidos, e a Companhia transfere substancialmente todos os riscos e recompensas associados à propriedade do ativo.

Conforme descrito no item (d) Operação de Crédito, a Companhia efetua a cessão integral de suas operações de crédito para os fundos de investimento em direitos creditórios (FIDCs) no mesmo dia em que essas operações são originadas. Essas cessões são categorizadas como transações "com transferência substancial dos riscos e benefícios". Portanto, a Companhia não detém operações de crédito em seu balanço patrimonial na data de 31 de dezembro de 2025.

#### **(g) Redução ao valor recuperável / Impairment de ativos financeiros**

O modelo de impairment aplica-se aos ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, ativos contratuais e instrumentos de dívida mensurados a VJORA.

Com base nas classificações estabelecidas pela Agência Fitch, a Companhia avalia o risco de as instituições financeiras entrarem em default e estabelece que o critério de aceitação é apenas a classificação AAA, por instituição financeira. O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

## iFood Pago Sociedade de Crédito Direto S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

#### **(h) Redução ao valor recuperável / Impairment de operações de crédito**

As práticas adotadas para o cálculo das provisões de perdas esperadas nas operações de crédito seguem as diretrizes estabelecidas pelo Artigo 51 da Resolução CMN 4.966/21. Para operações com características de concessão de crédito, a Companhia utiliza uma metodologia simplificada que considera critérios específicos relativos tanto às contrapartes quanto aos instrumentos financeiros.

Considerando para pessoas jurídicas, (a) situação econômico-financeira, (b) grau de endividamento, (c) histórico de pagamentos, (d) limites de crédito na instituição e no sistema financeiro e (e) adequação entre os fluxos de caixa do devedor e suas obrigações com instituições financeiras;

Em relação às pessoas físicas, a) renda, (b) comprometimento da renda com obrigações contraídas com a instituição e com outras instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, (c) tempestividade no pagamento de obrigações contraídas com a instituição e com outras instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e (d) patrimônio; e em relação aos instrumentos financeiros, (a) natureza e finalidade da operação, (b) características das garantias ou colaterais, quando existentes, tais como modalidade, liquidez e valor presente provável de realização; e (c) valor contábil.

O modelo de negócios da Companhia é baseado na concessão de capital de giro, garantindo que as operações de crédito não permaneçam em sua carteira por mais de um dia. Os contratos de concessão de crédito são transferidos para os FIDCs no mesmo dia em que são criados, minimizando assim os riscos de inadimplência. Tendo em vista a estratégia adotada pela Companhia, o instrumento financeiro é classificado como valor justo no resultado (VJR).

Ainda que o risco de default seja praticamente inexistente devido à cessão rápida dos créditos, em situações excepcionais onde um ativo permanece por mais de um dia na carteira, são aplicados os pisos mínimos de provisão conforme o Artigo 78 da RBCB nº 352/23. Nessas circunstâncias, os ativos são provisionados segundo a tabela de provisionamento por perda incorrida, ajustada conforme os períodos de atraso.

A Companhia não detém operações de crédito em seu balanço patrimonial na data de 31 de dezembro de 2025, portanto, não possui avaliação de impairment no exercício.

#### **(i) Cifras comparativas**

Em conformidade com o disposto no art. 79 da Resolução CMN nº 4.966/2021 e no art. 102 da Resolução BCB nº 352/2023, as instituições financeiras estão dispensadas da apresentação de informações comparativas nas demonstrações financeiras de 2025 com relação a exercícios anteriores.

Assim, os quadros e notas explicativas elaborados com base nas normas contábeis anteriores a 31 de dezembro de 2024 não estão sendo reproduzidos neste conjunto de demonstrações financeiras.

#### **(j) Outras obrigações**

Outras obrigações são as obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no semestre de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

## iFood Pago Sociedade de Crédito Direto S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

#### **(k) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais**

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

- Ativos contingentes: não são reconhecidos nas demonstrações financeiras. Quando há evidência que viabilize a garantia de sua realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro exigível, são reconhecidos como ativos.
- Passivos de risco: são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis são divulgados apenas em nota explicativa, e os passivos contingentes avaliados como perdas remotas, não são provisionados nem divulgados.
- Obrigações legais: são registradas como exigíveis independentemente da avaliação sobre a probabilidade de êxito.

Em 31 de dezembro de 2025, não existem ativos ou passivos contingentes a serem contabilizados e divulgados.

#### **(l) Tributos**

##### Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e contribuição social correntes ativos e passivos são mensurados pelo valor previsto para ser ressarcido ou pago às autoridades fiscais. As alíquotas e leis tributárias adotadas para cálculo do imposto são aquelas em vigor ou substancialmente em vigor, nas datas dos balanços.

A tributação sobre a renda compreende o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”), sendo calculada no regime do lucro real (lucro ajustado) segundo as alíquotas aplicáveis na legislação em vigor: 15% sobre o lucro real e 10% adicionais sobre o que exceder R\$ 240 do lucro real por ano, somente no caso do IRPJ, e 9%, no caso da CSLL para o exercício de 2025.

A Lei Complementar nº 224/2025 majorou a alíquota da CSLL para 12% (vigência de abril/2026 a dezembro/2027) e 15% (a partir de janeiro/2028).

##### Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os impostos diferidos sobre imposto de renda e contribuição social são fundamentados em diferenças temporárias observadas, nas datas dos balanços, entre as bases fiscais e contábeis de ativos e passivos. Esses impostos são reconhecidos na medida em que existam lucros tributáveis futuros que permitam deduzir diferenças temporárias e prejuízos fiscais não utilizados, exceto em situações que não envolvam combinações de negócios ou não afetem o lucro contábil e fiscal no momento da operação.

Os impostos diferidos passivos estão ligados a todas as diferenças temporárias tributáveis, com exceções bem definidas. A mensuração desses impostos considera as alíquotas vigentes nas datas dos balanços e busca refletir qualquer impacto direto no patrimônio líquido, sem passar pela demonstração do resultado, quando apropriado.

A Resolução BCB nº 15/2020 estabelece que o reconhecimento de ativos fiscais diferidos deve ocorrer quando há uma expectativa fundamentada de geração de lucro tributável futuro e histórico comprovado de lucros em exercícios anteriores. Esses ativos e passivos são classificados no ativo e passivo não circulante.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não reconheceu ativos fiscais diferidos.

## iFood Pago Sociedade de Crédito Direto S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### (m) Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas de acordo com o método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa e Resolução BCB nº2/2020.

#### (n) Resultados recorrentes e não recorrentes

A Resolução BCB nº 2/2020, em seu artigo 34º, passou a determinar a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. Define-se então como resultado não corrente do exercício aquele que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não foram identificados resultados não recorrentes.

### 2.3. Normas e interpretações novas e revisadas

Resolução Conjunta CMN/BCB nº 14/2025 – Em vigor com transição gradual até dezembro de 2027, de acordo com a nova metodologia estabelecida em conjunto pela Resolução BCB nº 517/2025, o capital mínimo exigido das instituições financeiras e demais entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central passa a ser calculado com base nas atividades efetivamente exercidas, e não mais exclusivamente pelo tipo de instituição. A Instituição está em processo de avaliação dos impactos dessa nova metodologia e planeja adequar sua estrutura de capital conforme cronograma estabelecido pela regulamentação e que não há impactos para o período divulgado

Resolução BCB 519-521 – Em vigor a partir de 02 de fevereiro de 2026, este conjunto de três resoluções estabelece o marco regulatório para Prestadores de Serviços de Ativos Virtuais (VASPs/Exchanges), implementando a Lei nº 14.478/2022 (Lei do Marco Legal dos Ativos Virtuais). As normas definem: (i) requisitos para autorização e funcionamento de VASPs (Res. 519); (ii) regras operacionais, de governança e controles internos (Res. 520); e (iii) alterações na Resolução BCB 277/2022 para incorporar operações de câmbio relacionadas a ativos virtuais (Res. 521). A Companhia não opera com ativos virtuais e, portanto, a administração avaliou que as alterações não têm efeito sobre as demonstrações financeiras.

### 3. Disponibilidade

	31 de dezembro de 2025
Caixa e equivalente de caixa (a)	114
Caixa e equivalente de caixa – Partes Relacionadas (NE 10)	27.468
	<b>27.582</b>

(a) Referem-se aos saldos em conta corrente em moeda nacional junto a instituições financeiras de grande porte.

## iFood Pago Sociedade de Crédito Direto S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 4. Instrumentos Financeiros

	Faixa de Vencimento	Valor de Mercado	31 de dezembro de 2025
	Até 12 meses		
<b>Títulos e valores mobiliários</b>			
<b>Ao Valor Justo no Resultado</b>			
CDB - Certificados de Depósito Bancário - VJR	4.210	4.236	4.210
Perdas esperadas	(5)	n/a	(5)
	<b>4.205</b>	<b>4.236</b>	<b>4.205</b>

A taxa anual efetiva dos instrumentos financeiros foi de 14,39% a.a., equivalente a 100,54% do CDI no período.

#### 5. Tributos

	31 de dezembro de 2025
<b>Ativo</b>	
IRPJ a recuperar	7.240
CSLL a recuperar	2.621
IRRF a recuperar	160
IRPJ/CSLL Base negativa	129
	<b>10.150</b>
<b>Passivo</b>	
IRPJ a recolher	(8.284)
CSLL a recolher	(2.988)
IOF a recolher	(709)
COFINS a recolher	(493)
Outros impostos a recolher	(245)
	<b>(12.719)</b>

#### 6. Patrimônio líquido

##### (a) Capital social

As ações são classificadas no patrimônio líquido como ordinárias nominativas. A composição acionária em 31 de dezembro de 2025 está demonstrada abaixo:

	31 de dezembro de 2025	
Acionista	Quantidade de ações	Valor das ações
iFood Pago Holding Financeira Ltda.	3.499.999	3.500
MI Pagamentos do Brasil Ltda.	1	-
	<b>3.500.000</b>	<b>3.500</b>

##### (b) Lucro líquido do período e reservas

Em 31 de dezembro de 2025, o resultado apurado no exercício foi de lucro de R\$21.580, gerando a constituição de R\$700 de Reserva legal, e a constituição de R\$20.644 de Reserva de lucros.

## iFood Pago Sociedade de Crédito Direto S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Reserva de capital da Companhia, totalmente subscrita e integralizada em moeda corrente nacional, é de R\$484.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram realizadas provisões com planos de outorga de opções de compra de ações no montante de R\$484, reconhecidas na rubrica de Salários e encargos sociais.

#### 7. Receita líquida

	Semestre findo em 31 de dezembro de 2025	Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
Receita de intermediação financeira	43.214	55.157
Resultado de títulos e valores mobiliários	672	817
Resultado de aplicações financeiras	18	19
Impostos sobre receitas (i)	(4.874)	(6.223)
	<b>39.030</b>	<b>49.770</b>

(i) Os impostos sobre as receitas são: 1,65% de PIS, 7,6% de COFINS e 2% ISS.

#### 8. Despesas gerais e administrativas

	Semestre findo em 31 de dezembro de 2025	Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
Salários e encargos sociais	(3.603)	(6.361)
Serviços técnicos especializados	(7.088)	(8.819)
Sistemas de tecnologia	(723)	(917)
Ações promocionais	(349)	(609)
Outras despesas	(5)	(21)
	<b>(11.768)</b>	<b>(16.727)</b>

#### 9. Imposto de renda e contribuição social

	Semestre findo em 31 de dezembro de 2025	Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	27.056	32.834
Alíquota de imposto de renda e contribuição social	34%	34%
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(9.199)</b>	<b>(11.164)</b>
Crédito tributário de diferenças temporárias não contabilizado *	56	(81)
Compensação de crédito tributário sobre PF e BN não contabilizado	-	42
Adições e exclusões permanentes	(75)	(75)
Adicional de IRPJ	12	24
<b>Despesa com imposto de renda e contribuição social corrente</b>	<b>(9.206)</b>	<b>(11.254)</b>

\* Créditos tributários não contabilizados oriundos de diferenças temporárias no montante de R\$237 e estão utilizando as taxas vigentes em 31 de dezembro de 2025

#### 10. Partes Relacionadas

##### a) Ativo - Disponível

	31 de dezembro de 2025
Zoop Tecnologia Instituição de Pagamento S.A.	27.468
	<b>27.468</b>

## iFood Pago Sociedade de Crédito Direto S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Saldo de caixa e equivalente de caixa mantido com o iFood Pago Instituição de Pagamento S.A.

#### b) Ativo - Contas a receber

Mi Pagamentos do Brasil S.A.

31 de dezembro de 2025
141
<b>141</b>

#### c) Passivo - Contas a Pagar

Mi Pagamentos do Brasil S.A.

31 de dezembro de 2025
4.498
<b>4.498</b>

Saldo de contas a pagar com a MI Pagamentos referente ao reembolso de folha de pagamento e serviços técnicos especializados.

#### d) Receita de prestação de serviços

Mi Pagamentos do Brasil S.A.

31 de dezembro de 2025
141
<b>141</b>

#### e) Despesas gerais e administrativas

Mi Pagamentos do Brasil S.A.

31 de dezembro de 2025
(9.181)
<b>(9.181)</b>

Saldo de despesa com serviço de correspondente bancário com a MI Pagamentos.

#### f) Reembolso de Despesa

Mi Pagamentos do Brasil S.A.

31 de dezembro de 2025
(6.147)
<b>(6.147)</b>

Saldo referente ao reembolso de folha de pagamento com a MI Pagamentos.

## 11. Pagamento baseado em ações

A Companhia aderiu ao plano de remuneração com base em ações no exercício, onde a Companhia recebe os serviços dos colaboradores como contraprestação por instrumentos de patrimônio líquido (opções) da iFood Holdings B.V, sua controladora indireta. O valor justo dos serviços do colaborador recebidos em contrapartida à outorga de opções, é reconhecido como despesa e é determinado pelo valor justo das opções outorgadas. O valor total da despesa é reconhecido durante o período no qual o direito é adquirido; período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas.

Na data de cada balanço, a Companhia revisa suas estimativas da quantidade de opções que terão seus direitos adquiridos, considerando as condições de aquisição não relacionadas ao mercado e as condições por tempo de serviço. A Companhia reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, com contrapartida no patrimônio líquido.

As opções de compra de ações são concedidas aos executivos e a alguns colaboradores. O preço do exercício das opções concedidas é igual ao preço da ação na data da concessão. As opções são exercíveis a partir do primeiro ano da data da concessão e tem um prazo de vesting

## iFood Pago Sociedade de Crédito Direto S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

de até cinco anos. A Companhia não tem qualquer obrigação legal ou formalizada (constructive obligation) de recomprar ou liquidar as opções em dinheiro, visto que a obrigação de liquidar a transação em dinheiro é da iFood Holdings B.V., holding sediada na Holanda.

O valor justo das opções concedidas durante o período é determinado com base no modelo binomial. Os dados significativos incluídos no modelo foram:

- Preço da ação
- Preço de exercício da opção
- Prazo de vesting
- Volatilidade da ação
- Taxa livre de risco

	31 de dezembro de 2025
Reserva de Stock Options	484
	<b>484</b>

## 12. Gerenciamento de risco

O Conglomerado Prudencial iFood Pago (“Conglomerado”), liderado pelo iFood Pago Instituição de Pagamento S.A. e composto pelas Companhias que dele fazem parte, encontra-se alocado no segmento S5, conforme classificação do Banco Central do Brasil (BACEN). O Conglomerado adota a abordagem simplificada para o gerenciamento contínuo de riscos, com estrutura compatível com seu porte e perfil de operações.

As atividades do iFood Pago o expõem a diversos riscos inerentes de origem financeira (mercado, crédito e liquidez) e não financeira (operacional, legal e compliance). O programa de gestão de risco concentra-se na mensuração da imprevisibilidade atribuída aos seus processos e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Conglomerado.

Entre os principais riscos, destacam-se:

### (a) Risco de mercado

Corresponde à exposição dos ativos e passivos registrados no balanço a variações de preços de mercado, como câmbio e derivativos. Atualmente, o Conglomerado possui exposição baixa ao câmbio, restrita a contratos de serviços de cloud (nuvem) em dólar.

### (b) Risco Operacional (“fraude e chargebacks”)

Componente do risco operacional, a fraude e a incidência de disputas são monitoradas continuamente na operação. Para mitigação deste risco, são utilizadas soluções de prevenção a fraudes desenvolvidas internamente que controlam o comportamento, perfil transacional, indicadores de fraude/chargeback, entre outros controles que estão baseados nas operações geradas pelos parceiros e sellers ligados à nossa plataforma.

### (c) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente e corresponde à possibilidade de inadimplência dos adquirentes sobre o repasse dos recursos disponibilizados em pagamento aos estabelecimentos comerciais. Essa exposição se materializa em decorrência de óbices nas transações capturadas e liquidadas com os emissores disputadas posteriormente

## iFood Pago Sociedade de Crédito Direto S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

#### (d) Risco de liquidez

O conglomerado gerencia o risco de liquidez mantendo reservas adequadas de ativos de alta liquidez (HQLA) e linhas de crédito pré-estabelecidas para manutenção da sua capacidade em honrar seus compromissos vincendos e futuros decorrentes da cessão de recebíveis e captação de empréstimos. Esse processo é realizado por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros, garantindo recursos suficientes às necessidades operacionais.

#### (e) Capital regulatório

A gestão de capital do conglomerado está fundamentada em suas demandas operacionais e regulatórias correntes, bem como perspectivas operacionais e regulatórias previstas, considerando o enquadramento e a compatibilidade com a natureza e complexidade dos produtos e serviços oferecidos, assim como a adequada mensuração de sua exposição aos riscos inerentes à sua atividade.

O processo de gestão de capital é contínuo e está baseado no controle do de movimentos patrimoniais e de resultado do Conglomerado, além de avaliar futuras necessidades de capital decorrente do crescimento da operação e eventuais riscos aos quais a instituição possa ser exposta. Visa, ainda, o planejamento de metas e a estratégia da Companhia.

Conforme a Resolução BCB nº 201/2022, o iFood Pago (Tipo 3, optante pelo modelo simplificado PRS5) deve manter Patrimônio de Referência simplificado (PR) superior ao requerimento mínimo, que é de 17%.

Em 31 de dezembro de 2025, os indicadores do Conglomerado são:

- Patrimônio de Referência (PR): R\$ 210.342.638
- Capital Mínimo Requerido (17% do RWA Total): R\$ 66.055.302

### 13. Eventos Subsequentes

A Diretoria não identificou nenhum evento subsequente após 31 de dezembro de 2025 até a emissão destas Demonstrações Financeiras que requeressem divulgações.

A Diretoria

---

Bruno Henriques  
Diretor Presidente

---

Pedro Victor dos Santos Macedo  
Diretor Financeiro

---

Paula Regina da Silva  
Contadora  
CRC 1SP 261595

\*\*\*

Carta de Apresentação Dez25 - Documento 9010 SCD docx  
Código do documento 168adc23-44cf-4eca-a217-8d012be133e5



## Assinaturas



Bruno Ferraz Henriques  
bruno.henriques@ifood.com.br  
Assinou

BH



Pedro Victor dos Santos Macedo  
pedro.macedo@ifood.com.br  
Assinou

Pedro Victor dos Santos Macedo



Paula Regina da Silva  
paula.regina@ifood.com.br  
Assinou

Paula Regina da Silva

## Eventos do documento

### 26 Mar 2026, 11:54:55

Documento 168adc23-44cf-4eca-a217-8d012be133e5 **criado** por MILENA SILVA DA COSTA LEONARDO (0d86b2d1-b41c-4065-962e-588810712cbb). Email: milena.leonardo@ifood.com.br. - DATE\_ATOM: 2026-03-26T11:54:55-03:00

### 26 Mar 2026, 11:56:11

Assinaturas **iniciadas** por MILENA SILVA DA COSTA LEONARDO (0d86b2d1-b41c-4065-962e-588810712cbb). Email: milena.leonardo@ifood.com.br. - DATE\_ATOM: 2026-03-26T11:56:11-03:00

### 26 Mar 2026, 12:02:32

PAULA REGINA DA SILVA **Assinou** - Email: paula.regina@ifood.com.br - IP: 187.57.14.229 (187-57-14-229.dsl.telesp.net.br porta: 5842) - Documento de identificação informado: 282.536.428-22 - DATE\_ATOM: 2026-03-26T12:02:32-03:00

### 26 Mar 2026, 06:08:12

PEDRO VICTOR DOS SANTOS MACEDO **Assinou** (99ad5127-0040-4b0e-932c-10fd20186e47) - Email: pedro.macedo@ifood.com.br - IP: 162.10.28.69 (162.10.28.69 porta: 31500) - **Geolocalização:** -23.54051985916367 -46.76730950969643 - Documento de identificação informado: 347.522.338-43 - DATE\_ATOM: 2026-03-26T06:08:12-09:00

### 26 Mar 2026, 16:53:25

BRUNO FERRAZ HENRIQUES **Assinou** - Email: bruno.henriques@ifood.com.br - IP: 162.10.28.70 (162.10.28.70 porta: 44546) - Documento de identificação informado: 330.919.418-33 - **Assinado com EMBED** - Token validado por **email** - DATE\_ATOM: 2026-03-26T10:53:25-09:00

---

Hash do documento original

(SHA256):5c4da46179f2db23a9e41c96a4fa342e21c2a25e899cfbdf53334c6c087adbf2

(SHA512):6eed95c61a5c41bee908fb06acf34b4099dd4029916de7917cb8b3e74c3838af5e7925de2a2aeb4dc759c5c84d89819471ad3f6653fcd7fd635ad2e8cf9642

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

---



**Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign**

**Integridade certificada no padrão ICP-BRASIL**

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme **MP 2.200-2/2001** e **Lei 14.063/2020**.

---